SUSTENTABILIDADE

Mineração sem carbono

Em metas a serem apresentadas na COP30, setor mineral promete reduzir em até 95% as emissões de carbono até 2050

» RAFAELA GONÇALVES

setor mineral brasileiro anunciou um conjunto de metas ambiciosas de sustentabilidade, com foco na redução de emissões, uso eficiente de recursos e preservação ambiental. Entre os compromissos, está a redução de 40% a 50% das emissões de carbono até 2030 e de 90% a 95% até 2050. As metas também incluem diminuir em 25% o uso específico de água e ampliar em 10% as áreas de preservação da biodiversidade.

Essas iniciativas fazem parte da estratégia "Mineração do Futuro" e serão apresentadas na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em novembro, em Belém. O evento é considerado um momento-chave para consolidar compromissos do setor com a sociedade e com o meio ambiente.

"Estamos afirmando metas claras que vamos alcançar", declarou em coletiva de imprensa Raul Jungmann, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Segundo ele, a elaboração das metas envolveu um esforço coletivo das empresas do setor e dos conselhos consultivos, fortalecendo a confiança e a transparência necessárias.

Pilares

A descarbonização é um dos pilares centrais da estratégia. "Precisamos desenvolver soluções tecnológicas viáveis em larga escala para reduzir efetivamente a pegada de carbono do setor", afirmou Jungmann. Ele destacou que os investimentos estimados para alcançar essas metas chegam



Segundo Raul Jungmann, diretor-presidente do Ibram, a elaboração das metas envolveu um esforço coletivo das empresas do setor

a US\$ 68 bilhões até 2030.

A eletrificação da cadeia produtiva também é prioridade. "Quando pensamos em caminhões movidos a hidrogênio ou veículos elétricos, precisamos unir possibilidades em soluções viáveis e de escala. O ritmo e a viabilidade desses projetos são fundamentais para que os investimentos tragam resultados concretos", disse Jungmann.

O uso responsável da água e a preservação da biodiversidade são outros focos estratégicos. "Água é vida, não existe vida sem água. Por isso, o uso inteligente e responsável desse recurso é uma obrigação que temos com a sociedade", ressaltou o dirigente, reforçando a importância de soluções técnicas e científicas para monitorar e otimizar o consumo em cada mina.

Além disso, Jungmann ressaltou a necessidade de transparência e confiança pública. "Não se trata apenas de metas, mas de construir credibilidade com a sociedade. Todas as informações sobre pegada de carbono, uso da água e preservação da biodiversidade devem estar disponíveis de forma clara e auditável", afirmou.

Transição energética

O Brasil quer ampliar seu papel estratégico na oferta global de minerais críticos e terras-raras, insumos essenciais para a produção de baterias, turbinas eólicas, painéis solares e outras tecnologias de baixo carbono.

Segundo o Ibram, o país possui potencial para se tornar um dos principais fornecedores mundiais desses recursos, combinando riqueza geológica com práticas sustentáveis de exploração. A valorização desses minerais é vista como

oportunidade para fortalecer a soberania energética, atrair investimentos e acelerar a transição para uma economia verde.

A CEO da Anglo American no Brasil e presidente do Conselho Diretor do Ibram, Ana Sanches, afirmou que o setor pretende atuar de forma colaborativa, envolvendo empresas, comunidades e autoridades regulatórias. "A atuação conjunta é fundamental para encontrar soluções e atingir os objetivos propostos. É um compromisso que exige responsabilidade, inovação e trabalho coletivo", comentou.

MP amplia mercado livre

A comissão mista do Congresso que analisa a medida provisória (MP) do setor elétrico vai debater hoje o relatório apresentado ontem pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM). O texto estabelece a abertura do mercado de energia para todos consumidores e a criação de um teto para subsídios custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A MP também trata da compensação por cortes obrigatórios de geração (curtailment), das novas regras para micro e minigeração distribuída (MMGD) e de incentivos à modernização do sistema e à transição energética.

Durante a apresentação, Braga destacou a complexidade do processo e o esforço de negociação entre o Legislativo, o governo e o setor. "Realizamos mais de 30 audiências públicas e 40 reuniões com parlamentares, entidades e órgãos do setor, como Aneel, ONS, Ministério de Minas e Energia, Fazenda e Casa Civil", afirmou Braga. O senador defendeu que o texto busca "modernizar o marco regulatório do setor elétrico" e dar respostas estruturais aos desafios da transição energética. "Nosso objetivo é oferecer ao país um sistema mais confiável, seguro e sustentável, equilibrando o bolso do consumidor com as necessidades do sistema", disse.

Após a análise da comissão, a proposta deve passar pelos plenários da Câmara e do Senado. A matéria precisa ser aprovada até o dia 7 de novembro para não perder a validade. (RG)

